

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.099 - RJ (2018/0327953-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : KATIA DA CUNHA ARAUJO**  
**ADVOGADO : ROBERTO CARLOS GOMES DA SILVA E OUTRO(S) -**  
**RJ097887**  
**AGRAVADO : BANCO ITAUCARD S.A.**  
**ADVOGADOS : MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA E OUTRO(S) -**  
**RJ151056**  
**ALESSANDRA CAMPOS BARCELLOS - RJ176472**  
**VIVIANE MATIAS MOTA TEIXEIRA - RJ200419**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 4º, 6º, 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor; 156 do Código de Processo Civil; e 4º do Decreto n. 22.626/1933, além de dissídio jurisprudencial, sob o fundamento de que é vedada a cobrança da capitalização mensal dos juros; de que houve falha na prestação dos serviços fornecidos pela instituição financeira; de que é cabível a repetição do indébito; e de que o juiz deve ser assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fls. 418/419):

APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. ALEGAÇÃO DE PRÁTICA DE COBRANÇA ABUSIVA DE JUROS E DE TAXAS. RESSALTA A EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS NA FORMA COMPOSTA, CLARA CARACTERIZAÇÃO DO ANATOCISMO. TABELA PRICE. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA NEGADOS EM PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA POR ENTENDER NECESSÁRIA A PERÍCIA NEGADA A FIM DE SE VERIFICAR O ANATOCISMO. INEXISTÊNCIA.

Desnecessidade de perícia quando, no caso, mesmo verificada a

existência de anatocismo o contrato em questão tenha sido assinado após a edição da Medida Provisória nº 2.170-36/01, em vigor por força da Emenda Constitucional nº 32, que prevê a possibilidade de as partes pactuarem a capitalização de juros. Perícia que não iria alterar o desfecho da decisão. Precedentes deste Tribunal. Possibilidade de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada, bastando a previsão da taxa mensal e da taxa anual. Súmula 539 e 541 do Superior Tribunal de Justiça. Cópia de contrato demonstrando a efetiva contratação das taxas e aposição de assinatura do consumidor. Ausência de ilicitude. Inaplicabilidade da Lei de Usura às instituições financeiras. Contrato que possui cláusula prevendo capitalização. Possibilidade da Capitalização mensal de juros após a edição da Medida Provisória nº 1963-17/2000, desde que pactuada expressamente. Precedentes do STJ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto aos temas referentes à falha na prestação dos serviços fornecidos pela instituição financeira e acerca da repetição do indébito, pois são estranhos ao julgado recorrido, a eles faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

No mais, verifico que a Corte de origem entendeu ser desnecessária a realização de perícia, assim discorrendo (fls. 422/423):

(...)

Não há que se falar em cerceamento da defesa vez que o resultado da perícia não teria o condão de modificar o julgado.

Em caso similar, mesmo tendo sido feita a perícia e comprovado o anatocismo, a autora teve seu pedido negado em segundo grau conforme se vê do julgado abaixo, a cujo entendimento me filio:

"0007584-61.2012.8.19.0045 - APELAÇÃO Des(a).  
RICARDO COUTO DE CASTRO - Julgamento: 08/02/2017 -  
SÉTIMA CÂMARA CÍVEL APELAÇÃO.  
FINANCIAMENTO DE VEÍCULO, GARANTIDO POR  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PRETENSÃO DE  
DEVOLUÇÃO, EM DOBRO, DOS VALORES  
COBRADOS, INDEVIDAMENTE, A TÍTULO DE

TARIFAS, BEM COMO DA DIFERENÇA ENCONTRADA ENTRE O VALOR PAGO, ALEGADO COMO FRUTO DE ANATOCISMO, E AQUELE DECORRENTE DA INCIDÊNCIA DE JUROS SIMPLES E DE 1% AO MÊS. REPARAÇÃO POR DANO MORAL PERÍCIA QUE ATESTA A EXISTÊNCIA DE ANATOCISMO, EM VISTA DA UTILIZAÇÃO DA TABELA PRICE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE RÉ. 1- Relação de Consumo. Cláusulas Contratuais. Análise e Revisão. 2- Prevenção que afasta a competência das Câmaras Especializadas. 3- Contrato pactuado que prevê a utilização da tabela price, a qual utiliza juros compostos. Ausência de ilicitude. 4- Inaplicabilidade da Lei de Usura às instituições financeiras. 5- Contrato que possui cláusula prevenindo capitalização. Possibilidade da Capitalização mensal de juros após a edição da Medida Provisória nº 1963-17/2000, desde que pactuada expressamente. Precedentes do STJ. 6- Hipótese à qual não deve ser aplicada a súmula nº 121, do STJ, por ser o contrato posterior à citada M.P. 7- Dano moral ausente. 8- Sentença a merecer reforma. 9- Recurso provido"

A discussão da preliminar acaba por encerrar o mérito, pois o deslinde da questão independe da perícia, por não haver legalidade no contrato firmado por ambas as partes, com clara definição de valores fixados e taxas de juros dentro das regras do mercado (contrato - fls. 105 - cláusula 12 e 12.2) - com parcelas fixas e conhecidas pelo consumidor que, mesmo as conhecendo e sabendo que sobre o pagamento do saldo devedor negativo incidem taxas de juros permitidas e reguladas pelo BACEN, resolveu por vontade própria ou até por necessidade dar ensejo à tal cobrança, tendo assinado o contrato com a empresa do cartão e dele se utilizado. Tem-se, portanto um ato jurídico válido e eficaz, não configurada a desvantagem em detrimento do consumidor de boa-fé, fundamento que também afasta a aplicação do art. 46, do Código de Defesa do Consumidor.

(...)

Com efeito, observo que rever o entendimento do Tribunal de origem demandaria o reexame do acervo fático dos autos, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Acerca da taxa de juros capitalizados, a Segunda Seção do STJ adotou,

para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, o entendimento de que "A capitalização de juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (Segunda Seção, REsp 973.827/RS, acórdão de minha relatoria, DJe de 24.9.2012). No caso dos autos, a Corte de origem expressamente destacou que a taxa de juros anual do contrato celebrado entre as partes é superior ao duodécuplo da taxa mensal (fl. 425). Dessa forma, é legítima a cobrança da taxa efetiva anual de juros remuneratórios, tal como convencionada.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, bem como as disposições legais referentes à gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora